



Anna Canavarro Benite

Biografia: Anna Canavarro Benite é professora associada e coordenadora do PIBID química da Universidade Federal de Goiás. Foi Presidenta da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros de 2016-2018. Coordenadora do Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão (LPEQI/UFG). Coordenadora do Coletivo Ciata – grupo de estudos sobre a descolonização do currículo de ciências. Ativista do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado. Editora Chefe da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, que reúne pesquisadores(as) do Brasil e mais 16 países atuantes na graduação e em programas de pós-graduação, nas temáticas de educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, em diferentes áreas do conhecimento.

## Cientistas negres brasileiros: sobre historiografia, perspectivas e futuro

RCC - Desde a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) nos anos 2000, pautas importantes avançaram dentro e fora da Associação, inclusive relacionadas aos campos da educação e da pesquisa. Como você caracteriza, em síntese, a missão da ABPN? Quais são em sua opinião, os principais desafios que a entidade enfrenta na atualidade?

Anna Canavarro Benite - A ABPN atua nas principais instâncias deliberativas da política de igualdade racial de nosso país e tem configuração única no cenário internacional. Atualmente, a Associação tem investido em iniciação científica no ensino médio para incentivar a escolha de jovens negros pela ciência. A ABPN é uma associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, assistencial, cultural, científica e independente, tendo por finalidade o ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse das populações negras do Brasil.

A Associação também é um dos órgãos fundamentais da rede de instituições que atuam no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial, com vistas à formulação, à implementação, ao monitoramento e à avaliação das políticas públicas para uma sociedade justa e equânime. A atuação e missão da ABPN acontece em três grandes áreas: (1) Divulgação científica; (2) Articulação social; (3) Formação de Liderança.

Um dos principais desafios que a ABPN lida desde sua criação – e que ainda permanece – é o enfrentamento do processo de obstrução do acesso de negros e, sobretudo de negras, às esferas de poder nos diferentes espaços institucionais ou não. Isto acontece em função da configuração de sociedade moderna, o que é relativamente recente, e que inaugura uma série de dicotomias entre estado nação x subalternidade, colonizador x colônia, racional x selvagem. Tudo isso produto de uma estrutura social que se repete nas diferentes configurações de sociedade e, a ciência, as sociedades científicas, não estão alheias a isso.

RCC - Um dos momentos mais marcantes da breve história da ABPN foram as participações no Fórum Nacional de Educação Básica e no Simpósio Nacional de Educação Básica. Como você avalia essa colaboração? Que iniciativas concretas resultaram desse processo? Comente um pouco sobre a descolonização do currículo e o que isto vem contribuindo para o desenvolvimento do ensino e da Educação.

Anna - Tanto o Fórum Nacional de Educação Básica e no Simpósio Nacional de Educação Básica são iniciativas da área de pesquisa de Educação Básica da APBN e foram por estas gestadas com o intuito de dar o necessário reconhecimento à educação básica e todo o trabalho de produção de conhecimento produzido neste nível de ensino. Tanto nas instâncias de discussão e formulação de políticas educacionais influenciadas pela ABPN, como nas iniciativas de estruturação e consolidação do investimento em educação básica no seio desta associação científica.

Historicamente, e os estudos mostram, alguns ramos da ciência ajudaram a condicionar o racismo quando este sai da condição mítica de que “negro não tem alma” e por isso pode ser escravizado para a justificativa racional. A ciência foi utilizada na construção deste fenômeno no Brasil ao hierarquizar características entre as raças, instaurando esta ideia por diversas áreas da ciência que se embasaram na eugenia, a exemplo da psicologia, da medicina, do direito, da psicologia, entre outros, sendo todos estes modelos construídos monocraticamente a partir da lógica do colonizador. É preciso então descolonizar os currículos, por ser a ciência um lugar de enfrentamentos e esta é uma batalha ideológica, histórica, política e econômica. Nesse lugar é necessário afirmar a produção intelectual negra frente ao recrudescimento do racismo por sua manifestação epistemicida curricular e disseminar contribuições e estudos sobre as ciências numa perspectiva histórica e social, sobretudo plural, sem estigmas e estereótipos - ainda presentes dentro da academia e nos livros didáticos.

RCC - Considerando a relação entre a ABPN, “os movimentos negros” e a comunidade científica - de que modo a representatividade de negras e negros nos diversos campos do conhecimento contribui para iniciativas voltadas para a diversidade dentro das Universidades e institutos de pesquisa? Em que medida esta representatividade é visível ou não, em quais campos há mais participação e por quê?

Anna - A ABPN reconhece e celebra as diversas possibilidades de existência da intelectualidade negra: a academia, os Grêmios do conhecimento tradicional, o

movimento social e a educação básica. Nossa relação é de coexistência na produção do bem viver e também do conhecimento científico justo e, por isso integram nossos quadros de filiados todas essas categorias de intelectualidade negra. Esta configuração auxilia na construção de relações mais justas nos espaços acadêmicos, no fortalecimento das lutas, para o entendimento e importância das discussões sobre raça e gênero nos diversos espaços, além de contribuir para avanços em prol de uma sociedade menos adoecida.

Somos hoje na ABPN, mais de 3500 pesquisadores das mais diversas áreas: professores, arquitetos, matemáticos, químicos e, há diversos profissionais negros atuando em áreas relevantes que no passado não era comum se ver. Ex: médicos, neurocientistas, químicos, filósofos, juristas, Grêmios de conhecimento tradicional dentro do sistema de saúde, entre outros.

Essa representatividade é ainda pouco visível, mas superamos a expectativa de subalternidade projetada para nosso povo. Muitos são os avanços que foram alcançados pela luta antirracista, como a Lei 10.639/03; o Estatuto da Igualdade Racial; a regularização de terras quilombolas; Lei de Cotas em instituições federais de ensino médio e superior e em concursos públicos; a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, dentre outras. Importa destacar o papel pungente das diferentes representações do Movimento Negro brasileiro nestas conquistas.

RCC - Em 1986, a Fundação Carlos Chagas realizou uma pesquisa sobre educação e racismo que permanece até hoje como um dos principais referenciais teóricos acerca das nuances dessa relação no contexto brasileiro. Contudo, muitas das questões apontadas nesse documento já não são mais tão proeminentes como naquela época. Em sua visão, o que mudou em termos de pautas que abordam a relação entre ensino e educação para as relações étnico-raciais no Brasil contemporâneo? Quais os desafios atuais quanto ao acesso e permanência na escola e na universidade; mercado de trabalho, a evasão escolar na educação básica? Você poderia citar exemplos de mudanças significativas sobre formação de professores, currículo e materiais didáticos?

Anna - O Caderno de Pesquisa “Raça Negra e Educação” (1987), elaborado pela Fundação Carlos Chagas traduzia um momento histórico e político, de ausência de políticas educacionais para o enfrentamento das desigualdades raciais. E o fazia com um estilo singular, bem diferente dos padrões classificatório que demarcam a qualidade dos periódicos de divulgação científica

atualmente lastreados pelo Qualis/Capes. A revista publicou a discussão teórica a partir dos dados que evidenciavam o racismo nas escolas paulistas, fruto da pesquisa realizada em 1986 no âmbito da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e do recém criado Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra; mas também se mostrou como uma intervenção intelectual e militante no debate, deslocando a discussão de uma perspectiva estritamente acadêmica para o fértil terreno dos movimentos sociais, das salas de aulas, quilombos e quilombolas.

Trinta anos depois foi formulado o projeto “Seminário Raça Negra e Educação (Cadernos de Pesquisa, nº63, 1987) 30 anos depois” objetivando a criação de um mapa de estudos acerca da problemática de raça e educação, além de dar a visibilidade aos estudos realizados, conquistas e desafios.

Se, em 1987, os temas das desigualdades educacionais para os negros eram centrados no acesso às séries iniciais da escolarização básica, nos currículos escolares e nos preconceitos presentes nos livros didáticos, passada mais de três décadas muito se avançou. As discussões hoje transitam sobre o acesso aos programas de pós-graduação, as vagas de docentes universitários, os desafios para cumprimento da Lei 10.639/03 - Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e o fortalecimento de novas formas de organizações, participações e resistências nos múltiplos espaços sociais.

Algumas das conquistas fruto das lutas dos movimentos sociais que podem ser elencadas são, por exemplo: as medidas de inclusão racial na graduação e na pós-graduação; a importância da Lei 10.639/03 ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica e também a criação da ABPN nos anos 2000.

Dentre os inúmeros desafios que permanecem, podemos destacar, por exemplo, que o acesso ao ensino superior não é garantia de permanência; a inserção de brancos/as e negros/as no mercado de trabalho é desigual; a evasão escolar atinge principalmente meninos negros; e, possivelmente, o mais grave desses problemas e grande desafio: que o racismo e a violência contra jovens negros se apresentam de formas inaceitáveis.

Finalmente, há muitos motivos para celebrarmos. Atualmente o mundo revisa não somente o papel da ciência, mas também sua produção e ensino voltados para inclusão da diversidade no perfil das respostas e modelos em Ciência e Tecnologia. Diversidade aqui entendida como inclusão da presença de mulheres, sobretudo a presença de negros e negras para que respostas mais robustas sejam oferecidas a sociedade. Uma sociedade menos racista é uma sociedade melhor para todos! Aproveitem para conhecer a ABPN e as potencialidades da existência negra em pesquisa. Leiam cientistas negres, citem cientistas negres e escrevamos um futuro que reflita esse movimento revisional. ■

## Referências

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Caderno de Pesquisa “Raça Negra e Educação”, São Paulo-SP, Fundação Carlos Chagas, 1987. Disponível em:

[https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/04/Caderno-de-Pesquisa-63\\_menor.pdf](https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/04/Caderno-de-Pesquisa-63_menor.pdf). Acessado em 03/03/2021.

REVISTA DA ABPN - Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois - e agora, do que mais precisamos falar? v. 11 n. Ed. Especial (2019). Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/issue/view/31>. Acessado em: 03/03/2021.